

Concepção de um Planejamento Sustentável da Educação Superior em Turismo e Hotelaria no Brasil

Sustainable Planning Conception of Higher Education in Tourism and Hotel Management in Brazil

Keila Cristina Nicolau Mota¹

RESUMO: Apresenta os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável e aborda a educação em turismo e hotelaria numa visão sistêmica, enumerando as possíveis áreas de absorção da mão-de-obra qualificada pelas instituições de ensino. Mostra a visão de alguns autores nacionais e internacionais sobre o assunto. Traz um histórico do ensino de turismo no Brasil, ilustrando seu rápido crescimento e as conseqüências causadas no setor. Faz um alerta para os problemas provocados pelo rápido crescimento dos cursos na sociedade brasileira e identifica vários desafios que poderão ser inseridos na concepção de um planejamento estratégico em busca da sustentabilidade do setor de turismo.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino em turismo; educação superior em turismo e hotelaria; planejamento sustentável.

ABSTRACT: This paper presents the concepts of sustainability and sustainable development and takes a systematic look at higher education in tourism and hotel management, suggesting possible areas for the absorption of skilled manpower. It also reviews Brazilian and foreign authors' views on the subject and outlines the history of tourism as a discipline in Brazil, its

1. Bacharel em Turismo pela Universidade de Fortaleza – Unifor, Mestre em Administração pela Universidade Estadual do Ceará – Uece e Doutoranda em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí – Univali/SC. Membro da Comissão de especialistas do Inep para avaliação das condições de ensino dos cursos de graduação em Turismo e/ou Hotelaria. Coordenadora do Curso de Turismo (licenciada) da Faculdade Integrada do Ceará – FIC. Contato: Rua Visconde de Mauá, 1940 – 60125-160 – Fortaleza-CE; e-mail: keilamota@ig.com.br.

rapid growth and consequences. The reader is made aware of the effect of such rapid growth upon society and of a number of challenges springing from the concept of strategic planning towards sustainability in the sector of tourism.

KEYWORDS: tourism as discipline; higher education in tourism and hotel management; sustainable planning.

Introdução

Na busca de novas culturas e conhecimento de outros povos, admitindo-se as facilidades advindas do avanço tecnológico nos meios de transporte e de comunicação, o turismo internacional movimentou cerca de 700 milhões de pessoas no mundo, neste início de século XXI. Esse volume de demanda por turismo incentivou a criação dos negócios de empresas turísticas nos grandes centros receptivos mundiais.

Entretanto, além do grande número de empreendimentos turísticos concorrentes nos grandes centros, a globalização da economia exige das empresas um alto padrão de qualidade em serviços para sustentar o volume de demanda e consolidar o fluxo turístico nos destinos nacionais. Para tanto, faz-se necessário a contratação de recursos humanos altamente qualificados nas diversas atividades específicas de serviços requeridas pelo turismo. Assim, a grande demanda de profissionais qualificados gerou no mercado turístico uma demanda por qualificação que, por sua vez, incentivou o rápido crescimento da oferta de cursos de turismo e hotelaria. Segundo Ansarah (2002):

(...) no início do século XXI, observa-se um aumento da demanda interessada em ingressar no ensino superior e uma grande diversificação de suas ofertas. Concomitantemente, há uma maior consciência sobre o desenvolvimento sustentável e uma preocupação para a construção do futuro diante do qual as novas gerações deverão estar preparadas com novas habilitações, conhecimentos e ideais.

Destaque-se que as políticas norteadoras da educação em turismo e hotelaria têm um papel fundamental nesta sustentabilidade do setor. Para que o Brasil possa competir no mercado internacional com um produto turístico de qualidade, precisa-se de uma política destinada aos recursos naturais, aos histórico-culturais e aos recursos humanos.

Compreender o processo de planejamento turístico sustentável significa aprofundar o entendimento dos sistemas econômicos, sociais e políticos, am-

pliando o conceito antes restrito à avaliação do ambiente físico. Segundo Hall (2001: 271), a sustentabilidade é vista como um valor societário abrangente que crescentemente é incluído na legislação, nas regulamentações, nos arranjos institucionais e nos processos de planejamento mundial em diferentes escalas.

Este artigo foi concebido com o objetivo de discutir a sustentabilidade da educação superior em turismo e hotelaria² no Brasil, com base em referenciais já publicados sobre o tema. Inicia-se com conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, mostra uma visão sistêmica da educação superior em turismo e hotelaria, a evolução da oferta de cursos e faz reflexões e propostas para a concepção de um planejamento sustentável da educação superior nessa área. Pretende contribuir junto à comunidade acadêmica para que o debate sobre esse tema permaneça e desperte o interesse de aprofundar pesquisas que contribuam para a reflexão, o aperfeiçoamento e a sustentabilidade da educação superior em turismo e hotelaria.

Segundo Rosenberg (2002: 35) a educação já movimentou 90 bilhões de reais no Brasil, representando 9% do PIB, e deve ser o setor que mais crescerá no mundo nas próximas décadas. A educação em turismo e hotelaria tem-se tornado alvo de algumas publicações no Brasil, principalmente a partir do ano de 2002, como se apontará no transcrito do texto. O tema tem sido tratado sob outros enfoques pela autora deste artigo em congressos, publicações e é parte da pesquisa de doutorado da mesma.

Conceitos de Sustentabilidade e de Desenvolvimento Sustentável

A noção de desenvolvimento sustentável tem seus conceitos galgados na crença de que as atividades humanas provocam impactos que reduzem a capacidade do planeta Terra em manter a vida, numa deterioração que só poderá ser detida por meio de uma nova ordem econômica internacional, uma nova ética do meio ambiente e uma estabilização das populações humanas. Isso implica entender o planejamento como atividade política capaz de “modelar” lugares por meio da articulação, do desenvolvimento e da implementação de políticas.

Vários documentos adotaram o conceito de desenvolvimento sustentável na década de 1980, destacando-se o da Comissão Brundtland, segundo o qual o desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades do presente sem

2. Este artigo refere-se a turismo e hotelaria de forma genérica. Entretanto, há variações na nomenclatura dos cursos nessas áreas, como Turismo, Hospitalidade, Administração Hoteleira, Turismo e Hotelaria etc.

comprometer as possibilidades das gerações futuras satisfazerem as suas. A Estratégia Mundial para a Conservação (WECD, 1987) promove a conservação dos recursos vivos para um desenvolvimento sustentável pela

(...) gestão da utilização da biosfera pelo ser humano, de tal sorte que produza o maior benefício sustentado para as gerações atuais, mas que mantenha sua potencialidade para satisfazer às necessidades de aspirações das gerações futuras.

Dentro de uma perspectiva de planejamento de longo prazo, pode-se considerar que os seres humanos, em busca do desenvolvimento econômico e do gozo das riquezas naturais, deverão assimilar a idéia de que os recursos naturais e a capacidade dos ecossistemas são limitados, para que haja disponibilidade futura.

O conceito de sociedades sustentáveis vem tornando-se mais evidente à medida que possibilita a cada uma delas a definição de seus próprios padrões de produção e consumo, bem como a concepção de bem-estar social a partir de sua cultura, de seu desenvolvimento histórico e de seu ambiente natural, pautados nos princípios básicos da sustentabilidade ecológica, econômica, social e política (Diegues, 1992). Essa noção de sociedades sustentáveis baseia-se na expressão de que as pessoas devem ser sujeitos, e não objetos do desenvolvimento, e que os princípios da sustentabilidade sejam um processo, e não um estágio final.

As ações voltadas para o desenvolvimento de comunidades de forma sustentável precisam levar em conta, simultaneamente, pelo menos quatro dimensões, segundo o *Wingspread Journal* (1997 *apud* Hall, 2001: 276):

- *sustentabilidade econômica ou segurança econômica* – visa assegurar a viabilidade financeira de várias empresas, indústrias e instituições ambientalmente seguras e corretas, incentivando a responsabilidade social, para direcionar investimentos à comunidade, garantindo empregos e permitindo voz ativa aos empregados nas decisões que os afetam. Os recursos financeiros da comunidade devem permanecer dentro dela;
- *sustentabilidade ou integridade ecológica* – refere-se à harmonia da comunidade em relação aos sistemas naturais (biológicos), promovendo sua utilização em prol das necessidades humanas sem comprometer sua utilização no decorrer do tempo, incluindo os seguintes aspectos:
 - promoção da autolimitação no consumo de materiais, inclusive limitação do consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos e produtos que são facilmente esgotáveis ou danosos ao meio ambiente, substituindo-os por recursos ou produtos renováveis e/ou abundantes, usados de forma não-agressiva ao meio ambiente;

- redução do volume de resíduos e poluição por meio da conservação de energia e de recursos e da reciclagem;
- intensificação da pesquisa para a obtenção de tecnologias de baixo teor de resíduos e eficientes no uso de recursos para o desenvolvimento urbano, rural e industrial;
- definição de normas de proteção ambiental, desenhando a máquina institucional e selecionando o composto de instrumentos econômicos, legais e administrativos necessários para o seu cumprimento;
- *sustentabilidade social ou qualidade de vida* – no sentido de que as comunidades sustentáveis reconheçam e apoiem o senso de bem-estar das pessoas, o que inclui diversos aspectos como segurança, auto-estima, integridade ecológica e integração social para construir uma civilização com maior equidade também na distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir o abismo entre as classes sociais. É a criação de um movimento civilizatório com base no ser e que seja sustentado por uma maior equidade na distribuição do ter, nos direitos e nas condições das amplas massas da população;
- *sustentabilidade política ou conferência de poder e responsabilidades* – significando uma comunidade na qual as pessoas se sentissem fortalecidas para assumir responsabilidades, com base em opiniões comuns, oportunidades iguais, capacidade de acesso à experiência e conhecimento atendendo suas próprias necessidades e influenciando positivamente os resultados das decisões que as afetam.

Ampliando-se ainda mais essa dimensão, observa-se que a sustentabilidade pode atingir outras esferas, como a:

- *sustentabilidade espacial*, que deve ser dirigida para a obtenção de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas, com ênfase em:
 - reduzir a concentração excessiva nas áreas metropolitanas;
 - frear a destruição de ecossistemas frágeis, mas de importância vital, por processos de colonização sem controle;
 - promover a agricultura e a exploração agrícola das florestas por intermédio de técnicas modernas, regenerativas, por pequenos agricultores notadamente pelo uso de pacotes tecnológicos adequados, pelo crédito e pelo acesso a mercados;
 - explorar o potencial da industrialização descentralizada acoplada à nova geração de tecnologias, com referência especial às indús-

trias de biomassa e ao seu papel na criação de oportunidades de emprego não-agrícolas nas áreas rurais, ou seja, uma nova forma de civilização fundamentada no uso sustentável de recursos renováveis não é apenas possível, mas essencial;

- criar uma rede de reservas naturais e de biosfera para proteger a biodiversidade;
- *sustentabilidade cultural*, incluindo a procura de raízes endógenas de processos de modernização e de sistemas agrícolas integrados, processos que busquem mudanças dentro da continuidade cultural e que traduzam o conceito normativo de ecodesenvolvimento em um conjunto de soluções específicas para o local, o ecossistema, a cultura e a área.

Carvalho (1993) considera quatro critérios gerais como indispensáveis à sustentabilidade, seja do ponto de vista econômico, social, político, cultural, ecológico ou institucional: adaptabilidade, diversidade, incerteza e equidade.

A sustentabilidade implica adaptabilidade no sentido da capacidade de ajuste (considerando prazo e velocidade) aos impactos provocados. Admitindo-se que as ações humanas sobre os recursos naturais o degradam, colocam-se em pauta duas situações-problema: a primeira na degradação irreversível com a extração de recursos não-renováveis, sem qualquer possibilidade de resiliência; e a segunda, numa degradação que permitisse ao ambiente natural sua regeneração total ou parcial (ex.: efluentes industriais tratados, emissão controlada de poluentes gasosos na atmosfera). No âmbito social, a adaptabilidade faz-se necessária no momento de uma ruptura do equilíbrio social estabelecido, como quando o desemprego provoca interrupção do fluxo do rendimento. A resiliência do sistema familiar será dada pela capacidade e velocidade de ele se restabelecer, recuperando o fluxo de rendimentos equivalente ao anterior.

Num processo de desenvolvimento dos sistemas biológicos e sociais, quanto maior for a *diversidade* de espécies, de etnias, de elementos econômicos, sociais, políticos, culturais, ecológicos e institucionais, maior será a sua capacidade de sustentabilidade. Considera-se que a maior diversidade e complexidade permitem inúmeras interações que aumentam a capacidade de regeneração ou resiliência.

Para que os sistemas biológicos e sociais, enquanto sistemas abertos e complexos, mantenham seu equilíbrio, é necessário garantir a *equidade* dos seus componentes, ou seja, o direito, o respeito ou a manutenção da dinâmica interna de reprodução de cada componente no universo de suas interações no ambiente.

A *incerteza* é resultante da diversidade, da equidade e da adaptabilidade, sendo condição básica a ser considerada na busca do desenvolvimento sustentável. Quanto maior for a diversidade dos sistemas – e garantida a equidade de

seus componentes –, maior será a sua adaptabilidade e resiliência; enquanto abertos e sujeitos a um número indeterminado de informações, os sistemas estão mais suscetíveis à incerteza.

Portanto, a sustentabilidade faz-se no movimento de adaptação continuada dos sistemas abertos e complexos às novas contextualizações oriundas de informações externas que afetam sua dinâmica interna.

Educação Superior em Turismo e Hotelaria no Brasil

Visão sistêmica

O fenômeno turístico possui inúmeras definições e interpretações elaboradas por vários autores de todo o mundo (Theobald, 2001). Independente da definição, sabe-se que o homem é o sujeito do turismo e que a gama de elementos que fazem parte do sistema de turismo – Sistor – constitui o objeto do turismo. Segundo Beni (2001: 18), “a atividade do turismo surge em razão da existência prévia do fenômeno turístico, que é um processo cuja ocorrência exige a interação simultânea de vários sistemas com atuações que se somam para levar ao efeito final”. O efeito ou produto final do turismo é entendido como uma composição de bens e serviços turísticos produzidos num determinado mercado que pode variar, pois os serviços de qualidade dependem da mão-de-obra qualificada.

Dentro da perspectiva do Sistor, o produto turístico está situado no conjunto das ações operacionais, em que se inter-relacionam no mercado turístico a oferta, a demanda e a distribuição do produto. Na tentativa de sistematizar, de modo simplificado, o ensino de turismo e hotelaria no Brasil (Figura 1), poder-se-ia dizer que, no mercado da educação, a entrada ou *input* dar-se-ia com os

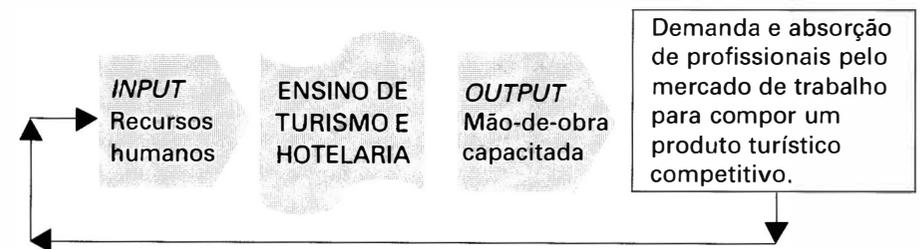


Figura 1. Representação sistêmica do ensino de turismo e hotelaria (simplificada)

Fonte: autoria própria.

recursos humanos disponíveis numa determinada região, num dado tempo, com possibilidades de ingressarem num curso superior.

O processamento acontece durante a formação de futuros profissionais, com conhecimentos teóricos, práticos e éticos capazes de atender às exigências sociais, legais e à demanda do mercado de trabalho. A formatação desses programas de formação em turismo e hotelaria está diretamente ligada ao que estabelece o sistema legal, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, “das Diretrizes Curriculares e de outros instrumentos que traçam a política da educação nacional”.

A saída, ou *output*, seria constituída da mão-de-obra capacitada pelas instituições de ensino, responsáveis pelo incremento da qualidade do produto turístico no mercado nacional. Essa mão-de-obra poderia ser alocada nas diferentes áreas de atuação do profissional em turismo (Ansarah, 2002: 42), a saber:

- hospedagem: empresas relacionadas à acomodação em geral e com diversas categorias (hotelaria, motéis, camping, pousadas, albergues...), cassinos, shopping centers e hospitais;
- transportes: aéreos, rodoviários, ferroviários e aquaviários e demais meios de transportes;
- alimentação: restaurantes, *fast food*, cruzeiros marítimos, parques temáticos, eventos e similares;
- lazer: com atividades de animação/recreação – clubes, parques temáticos, eventos, empresas de entretenimento, agências, cruzeiros marítimos, hotéis, colônias de férias;
- eventos: empresas organizadoras para atuação em mini e megaeventos, e também feiras, congressos, exposições de caráter regional, aplicada ao turismo, entre outras;
- órgãos oficiais: atuação em planejamento e em programas estabelecidos por uma política de turismo, fomento, pesquisa e controle de atividades turísticas;
- consultoria: atuação em pesquisa e/ou em planejamento turístico;
- marketing e vendas turísticas;
- magistério: cursos de graduação, pós-graduação, especialização, extensão, atualização e cursos livres;
- publicações – empresas e/ou instituições de ensino para atuação em editoração específica, escritor de textos para jornais e revistas especializadas;
- especialização em mercado segmentado: turismo ecológico, social, infante-juvenil, para idosos, deficientes físicos, de negócios, segmentos étnicos ou culturais em geral;
- pesquisa: centros de informação e documentação;
- outras áreas afins.

Cooper (2001: 182) corrobora com esta linha sistêmica de pensamento ao apontar os benefícios da educação e do treinamento em turismo, definindo o que chamou de “círculo vicioso” num processo que se inicia no profissional em turismo bem treinado, que “produzirá um resultado melhor e melhor nível de [sic] serviço para a crescente demanda turística. Funcionários bem treinados e bem pagos oferecem melhor serviço para os clientes e maior produtividade para a companhia, tornam a companhia e o país mais rico, beneficiando visitantes e residentes. Os visitantes retornam, reforçando o círculo”.

Para Goeldner, Ritchie e McIntosh (2002: 303), a política de recursos humanos possui dimensões de quantidade, qualidade, diversidade desses recursos e capacidade institucional necessária para fornecer a educação e o treinamento exigidos para sustentar as necessidades de política de recursos humanos da destinação. Segundo os autores, são as habilidades dos recursos humanos que dão ao turista a sensação de que sua presença é bem-vinda e apreciada e, “do ponto de vista gerencial, a questão da qualidade do pessoal em turismo deve ser abordada por programas de educação e formação projetados para melhorar as habilidades profissionais em termos de relações humanas”. Ressaltam, ainda, que “a diversidade de recursos humanos é um termo de que descreve a distribuição de profissionais turísticos disponíveis em todo o sistema, em termos de quantidade e qualidade”.

Evolução e oferta de cursos no Brasil

O início dos estudos teóricos de Turismo foi estabelecido em 1925, com a Cátedra de Turismo na Universidade de Roma, por Ângelo Mariotti. Segundo Barretto (1997), há registros de que o primeiro instituto específico para o estudo do Turismo funcionou na Alta Escola de Economia de Berlim, em 1929. A partir de 1950, registram-se institutos específicos de Hotelaria e Turismo em vários países da Europa; na década de 1960, nos Estados Unidos e na de 1970, na América Latina. No Brasil, conforme Trigo (1998), a primeira escola de Turismo foi a Faculdade do Morumbi³, em São Paulo, fundada em 1971.

Matias (2002) realizou um estudo que aponta a cronologia da evolução dos cursos e identifica e caracteriza o bacharel em turismo, usando como base de dados os bacharéis cadastrados no Instituto Brasileiro de Turismo – Embratur – nos meses de setembro e outubro de 1999, num total de 1.163 profissionais. Isto, no entanto, pode não ser significativo perante o universo de bacharéis formados que atuam hoje no mercado, tendo em vista que o ensino ampliou muito a sua

3. Atual Universidade Anhembi-Morumbi.

oferta nos últimos anos. O estudo mostra que uma das áreas que mais absorve o profissional é a da educação, como mostra o gráfico da Figura 2.

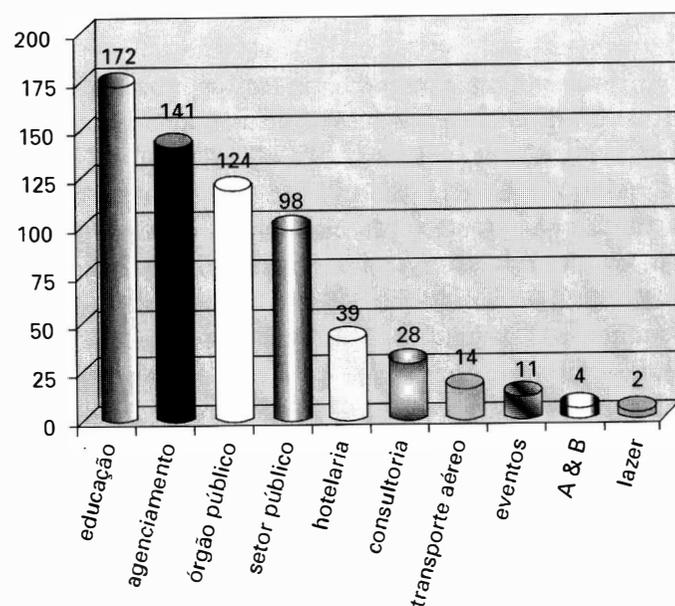


Figura 2. Áreas de maior absorção do turismólogo

Fonte: Embratur (1999) e Matias (2002).

Ansarah (2002) fez um levantamento quantitativo de cursos no território brasileiro com o objetivo de cadastrar as instituições educacionais no Brasil, de grande valia para a área, entretanto sem aprofundar aspectos qualitativos. Segundo a autora, o ensino de Turismo e Hotelaria no Brasil sofreu diferentes fases de evolução, de 1970 até o início do século XXI:

- a primeira, na década de 1970, é marcada pela criação dos primeiros cursos de Turismo e Hotelaria;
- a segunda fase, na década de 1980, foi marcada pela estagnação de oferta de cursos decorrente de problemas econômicos no país, o que ocasionou, inclusive, o fechamento de vários cursos;
- a terceira fase, na década de 1990, caracteriza-se pela valorização dos cursos no âmbito acadêmico, com aumento destes nas áreas de Turismo, Hotelaria e Administração com habilitação em turismo e hotelaria

nas capitais, e com distribuição mais igualitária nas demais regiões brasileiras;

a quarta fase é a atual, e que deverá estabelecer o equilíbrio “quantidade versus qualidade”, com aumento quantitativo de propostas diferenciadas de cursos e uma tendência de cursos de turismo com ênfases direcionadas para a flexibilização e a regionalização, como recomenda a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996.

Percebe-se, nesse estudo, que se passou de uma oferta de cerca de 41 cursos, em 1994, para 339 cursos superiores (bacharelado), especificamente em turismo e hotelaria, em 2002, o que representa um crescimento maior que 800% num período de oito anos.

Mais especificamente no que se refere à terceira fase, objeto desta reflexão, o rápido e grande crescimento dos cursos deu-se a partir de 1997 com alterações oficiais na estrutura do ensino superior no Brasil, possibilitando não só às universidades ofertarem os cursos. O resultado pode ser percebido observando-se que o Sudeste detém a liderança da oferta de cursos com 52% do total brasileiro, a região Sul com 19%, a região Nordeste com 17% seguida das regiões Centro-Oeste e Norte, respectivamente com 9% e 3% dos cursos brasileiros. A Figura 3 ilustra esse crescimento e a disparidade existente entre as diversas regiões brasileiras.

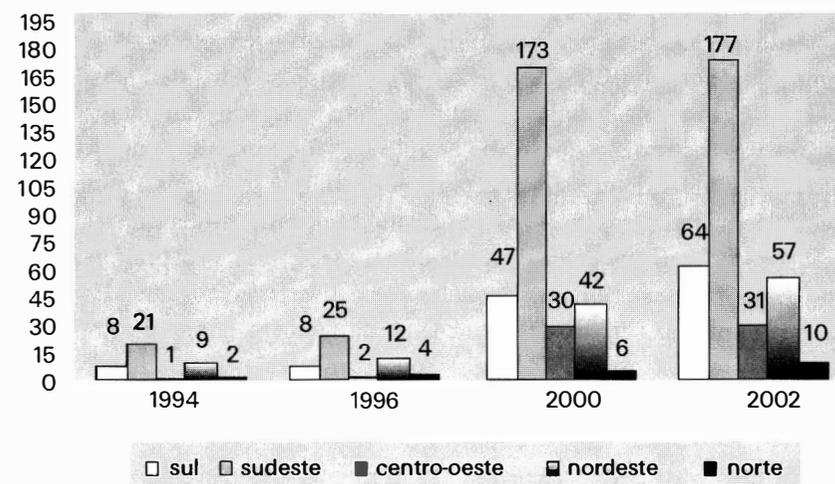


Figura 3. Gráfico da distribuição da oferta de cursos de graduação em turismo e hotelaria no Brasil

Fonte: dados retirados da pesquisa da professora Ansarah (2002).

Buscando acompanhar esse rápido crescimento quantitativo dos cursos superiores de turismo e /ou hotelaria no Brasil, realizou-se uma pesquisa no mês de setembro de 2002, no *site* do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep, com base nos dados oficiais publicados⁴. Os relatórios gerados pelo *site* foram resultado da pesquisa por tipo de curso (“turismo”, “turismo e hotelaria”, “hotelaria”) nas diferentes regiões brasileiras, obtendo-se os seguintes resultados:

- existiam, na data da última pesquisa (jun/2003), 637 cursos especificamente em Turismo e/ou Hotelaria no Brasil, representando, em números absolutos, um incremento de 298 novos cursos, em relação à pesquisa da professora Ansarah, que apontava 339 cursos no início de 2002;
- a distribuição espacial da oferta de cursos superiores no Brasil não sofreu grandes alterações; o Sudeste continua com a liderança da oferta de cursos com cerca de 50% do total brasileiro, apesar de cair dois pontos percentuais em relação ao total, as demais regiões permaneceram com seus percentuais inalterados em relação à pesquisa de 2002 da professora Ansarah. A região Sul permaneceu com 19%, a região Nordeste com 17%, seguida das regiões Centro-Oeste e Norte, respectivamente com 9% e 3% dos cursos brasileiros. Os números absolutos e relativos podem ser visualizados nas Tabelas 1 e 2, na seqüência.

Para conceber uma reflexão e iniciar um processo de planejamento, é preciso considerar em que fase do ciclo de vida encontra-se a oferta dos cursos de turismo e hotelaria no Brasil. Ao se representarem os dados da Figura 3 e das Tabelas 1 e 2, em forma de linhas, identifica-se um acelerado crescimento no final dos anos 1990, e permanece até o ano de 2003. Nos próximos anos deste início de século XXI, a curva do crescimento tende a estabilizar-se e, após a aplicação do exame nacional de cursos (provão) no turismo e hotelaria (ainda em elaboração), acredita-se que essa tendência concretize-se ou se reverta, provocando o fechamento de alguns cursos em prol daqueles que detiverem maior qualidade na sua proposta de ensino. O gráfico da Figura 4 aponta, também, que após o ano 2000 as regiões Sul, Norte e Nordeste ainda apresentam um crescimento acelerado da oferta de cursos, diferente de outras regiões que tiveram uma curva mais moderada.

A partir do crescimento da oferta dos cursos superiores de Turismo e Hotelaria no Brasil, cresceram outras empresas, como as editoras, investindo no mercado

4. Os dados oficiais podem diferir do real, por vários motivos. Por exemplo, considerando que algumas das instituições de ensino superior podem ter cursos autorizados e não ofertá-los, ou ter apenas uma turma autorizada e ofertar duas. A pesquisa limitou-se aos dados publicados no *site*.

Tabela 1. Distribuição da oferta de cursos de graduação em turismo e/ou hotelaria no Brasil

REGIÃO/ CURSO	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUL	SUDESTE	TOTAL
Turismo	17	80	48	82	236	463
Turismo e Hotelaria	–	3	–	9	5	17
Hotelaria	2	11	6	23	54	96
Total	19	94	54	114	295	576
(%)	3,30	16,32	9,38	19,79	51,21	100
Colocação no país	5º	3º	4º	2º	1º	–

Fonte: Pesquisa no Inep. Disponível em <<http://www.educacaosuperior.inep.gov.br>>. Acesso em 16 set. 2002.

nacional da área. A necessidade de bibliografia especializada levou autores e editores a publicarem, provocando um fenômeno sem precedentes. Segundo Marcos Mendonça, livreiro especializado na área, o mercado editorial de Turismo no Brasil cresceu cerca de 70% nos últimos três anos, chegando a ser lançados, simultaneamente, durante o congresso da ABBTUR em 2002, cerca de 40 títulos novos.

Um outro fator importante é a demanda por estágios no mercado de trabalho, uma vez que os cursos precisam oferecer a seus alunos uma carga horária prática que pode chegar a 15% da carga horária total do curso. Há uma dificuldade para colocar um número cada vez maior de alunos no mercado de trabalho para estágios curriculares e não-curriculares. Além disso, a mão-de-obra do estagiário corre o risco de ser usada como substituta de funcionários efetivos, por ser qualificada, farta e barata, sem maiores implicações trabalhistas para o empregador.

Fazendo-se um comparativo com outros países, um estudo feito por Teixeira, Fletcher e Westlake (2001) aponta que o crescimento do número de cursos de Turismo e Hotelaria, tanto no Brasil quanto no Reino Unido, tem sido extraordinário. No Reino Unido, a oferta cresceu 350% entre 1991 e 1998, e no Brasil, em 1994, existiam apenas 33 cursos, e em 2000 já se ofertavam 284 cursos. Destaque-se

Tabela 2. Distribuição da oferta de cursos de graduação em turismo e/ou hotelaria no Brasil

REGIÃO/ CURSO	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUL	SUDESTE	TOTAL
Turismo	20	97	53	89	251	510
Turismo e Hotelaria	–	3	1	9	9	22
Hotelaria	2	14	6	25	58	105
Total	22	114	60	123	318	637
(%)	3,5	17,9	9,4	19,3	49,9	100
Colocação no país	5º	3º	4º	2º	1º	–

Fonte: Pesquisa no Inep. Disponível em <<http://www.educacaosuperior.inep.gov.br>>. Acesso em 11 jun. 2003.

que 72% desse crescimento ocorreu na década de 1990. O estudo apontou que a principal razão para o grande crescimento no Brasil foi a existência de demanda (80%); já no Reino Unido, os motivos apontados foram pesquisa de mercado, demanda do governo e subsídio do governo, pois o curso de Turismo era considerado prioritário.

Evidencia-se que o crescimento da oferta de cursos de turismo e hotelaria vem sendo incrementado por diferentes motivos, tanto no Brasil quanto fora dele. Vale, nesse momento, fazer um alerta para que se possa planejar esse crescimento de forma sustentável, administrando a qualidade do ensino e da pesquisa para que o setor de turismo no Brasil também cresça ao longo dos anos vindouros.

Planejamento da Educação Superior em Turismo e Hotelaria Frente à Sustentabilidade

Reflexões sobre o crescimento da educação sem sustentabilidade

Muito se tem discutido sobre a sustentabilidade em suas várias dimensões e abrangência ao longo do tempo. Entretanto, apesar da necessidade de sua prática

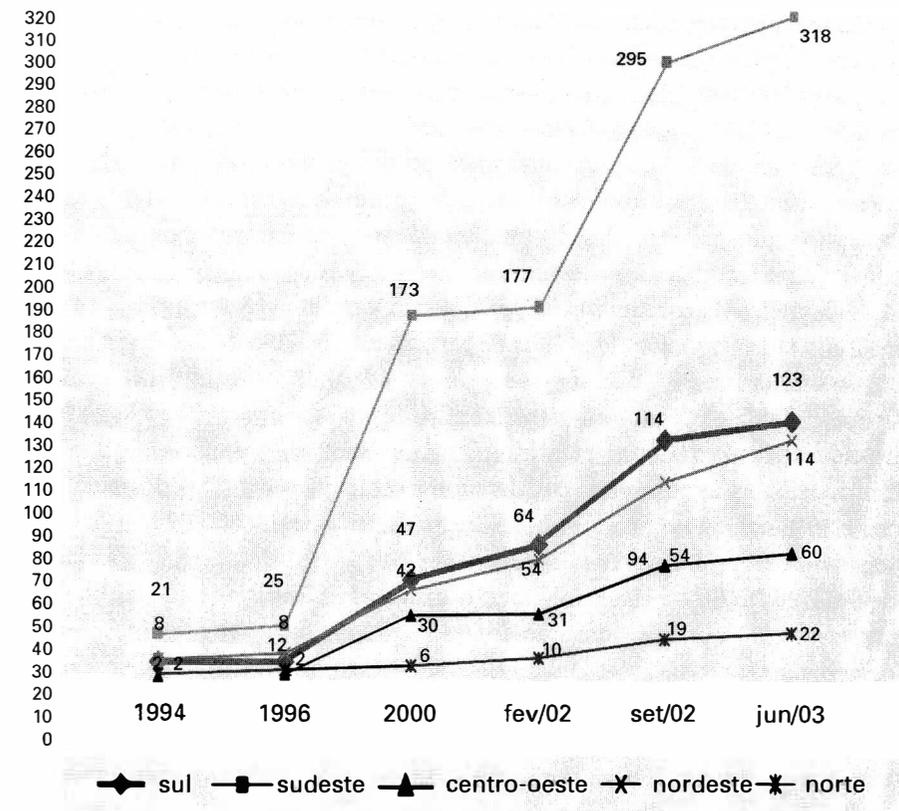


Figura 4. Gráfico do ciclo de vida da oferta de cursos de graduação em turismo e hotelaria no Brasil

Fonte: dados retirados da pesquisa da professora Ansarah (2002) e da pesquisa direta no site www.inep.gov.br, acessado em 16 set. 2002 e 11 jun. 2003⁵.

estar clara, a aplicação nos diversos setores de uma comunidade ainda é difícil. Krippendorff (2000) acredita no turismo sustentável como evidente e desejável. Entretanto, a falta de ações abrangentes e conseqüentes, na prática, dá a impressão desse pensamento constituir uma linha inatingível. Essa preocupação com o planejamento sustentável do turismo surgiu desde a década de 1970, quando cien-

5. Este é um gráfico ilustrativo, que mescla (no ano de 2002) duas pesquisas válidas, mas com metodologias diferentes.

tistas reivindicavam o desenvolvimento do “turismo equilibrado”, que apresentava preocupações com a maximização da geração de recursos econômicos, a satisfação das comunidades receptoras e dos visitantes e a conservação da paisagem e da natureza. Na década de 1980, cientistas e críticos do turismo desenvolveram esse pensamento de forma mais abrangente, defendendo o que se chamou de “turismo suave”, por meio de publicações de grupos de trabalho com teses, sugestões e princípios para um desenvolvimento do turismo em harmonia com o homem e com a natureza.

Os meios de comunicação contribuíram para uma ressonância positiva e um apoio cada vez maior dessa linha de pensamento. Na década de 1990, a economia do turismo destacou-se com o surgimento de abundantes modelos ecológicos, mercadológicos, comportamentais e selos de qualidade para diversos produtos turísticos. Esses modelos repercutiram internacionalmente, impactando a infra e a superestrutura com nomeações de encarregados para questões do meio ambiente, originando, no final da década, segundo Krippendorf (2000: 9), dois documentos em “prol de um desenvolvimento do turismo social e ecologicamente responsável: Turismo e Desenvolvimento Sustentado (*Tourismus und nachhaltige Entwicklung*) – relato da Comissão de Desenvolvimento Sustentado do Conselho Socioeconômico das Nações Unidas, 1999; e o Código de Ética Global para o Turismo (*Globaler Ethikkoder für den Tourismus*) – Organização Mundial de Turismo, 1999”.

Nesse sentido, Krippendorf (2000) defende que, apesar de afirmativas em contrário, a aplicação prática e ampla de uma política de turismo social e ecologicamente responsável desde âmbitos locais a internacionais (tanto de consumidores quanto de produtores) ainda não aconteceu, o que faz a “erosão” avançar. Acredita que, no futuro, a “indústria” do turismo possa praticá-lo, desde que o sujeito do turismo (os turistas) seja mais exigente (chamou de “turista emancipado”) em relação aos serviços prestados, fazendo com que essa realidade mude.

Barretto (1997: 96, 118), convergindo nessa linha de pensamento, admite que os anos de 1990 apresentaram alternativas benéficas para a questão da preservação, em detrimento de um turismo predador dos anos de 1970, e defende a sustentabilidade social ao expressar que o turismo só se desenvolverá realmente quando houver maior igualdade socioeconômica entre os indivíduos do núcleo receptor:

O desenvolvimento do turismo só será possível na medida em que houver uma distribuição de renda que permita que segmentos cada vez mais amplos da população possam viajar. O simples crescimento numérico dos dólares movimentados pelo turismo não significa um envolvimento de maiores contingentes. Os efeitos benéficos só acontecerão na medida em que os segmentos maiores da sociedade beneficiem-se do efeito multiplicador (...).

Especificamente no que se refere à educação em Turismo e Hotelaria no Brasil, há de se considerar que o simples fato de haver demanda crescente para esse tipo de curso foi motivo suficiente para provocar um crescimento desordenado para o setor de turismo no país. Então, onde está o planejamento? Abrir cursos deliberadamente e esperar que o próprio mercado selecione os melhores é permitir que milhares de estudantes arquem com o prejuízo de seus investimentos. O preço para uma possível acomodação está sendo cobrado do cliente final. Crescer sem sustentabilidade, sem observar uma perspectiva futura, vem ocasionando problemas como:

- distribuição espacial dos cursos com notada discrepância entre as regiões brasileiras;
- baixo número de cursos de mestrado e doutorado específicos, dificultando a contratação de docentes com a qualificação exigida;
- maioria dos cursos sob responsabilidade da iniciativa privada;
- descontrole da oferta, pois em relação ao estado do Espírito Santo, em um só ano, foram autorizados três novos cursos em Vila Velha (420 vagas anuais) que fica bem próximo à capital Vitória, onde foram autorizados mais três cursos (380 vagas anuais);
- privilégio de abertura de cursos concentrado nas capitais (em algumas regiões como o Nordeste);
- desordenado crescimento de outras áreas ligadas ao ensino, como o mercado editorial, com publicações de textos de questionável qualidade;
- falta de planejamento estratégico para a educação em turismo;
- deficiência da política nacional implementada para recursos humanos de turismo.

Fazendo-se uma análise crítica referente à ação pública, Irving e Azevedo (2002) destacam que a ação balizadora do ensino no Brasil permaneceu inerte até a década de 1990, quando se tentou reverter o quadro, diante da explosão da demanda por qualificação. Apontam o modelo de diretrizes curriculares como uma primeira providência no campo do ensino para nortear a preparação dos recursos humanos, frente a uma “situação embaraçosa” em que se envolveu o ensino do Turismo no Brasil. As autoras destacam, também, a descentralização do ensino como uma “síndrome de hipercorreção” na transferência de responsabilidade do poder público, autorizando instituições privadas a assumi-lo.

Nesse processo, alguns problemas como a inadequação na formação de profissionais e a deficiência de comunicação entre instituições educacionais e empresas turísticas indicam a necessidade de medidas urgentes como: a revisão da

estrutura curricular e a modificação da estratégia de intercâmbio institucional face aos novos contextos (globalização, sustentabilidade, planejamento estratégico, avanços tecnológicos, diversidade cultural, utilização social do patrimônio, capacidade de carga e outros).

Todas essas implicações, decorrentes do aumento da oferta de cursos superiores em Turismo e Hotelaria no Brasil exigem grande agilidade dos órgãos oficiais para regular esse processo, pois sem medidas reguladoras pode-se incorrer em satisfazer quantitativamente o mercado de trabalho, sem, entretanto, elevar a qualidade da mão-de-obra prestadora dos serviços turísticos, o que era o intuito inicial.

Segundo Stoner e Freeman (1999: 276), a provisão de recursos humanos precisa ser analisada e planejada para que se alcancem resultados satisfatórios no negócio que se administra. Nesse sentido, alguns procedimentos são recomendados para alcançar, com eficácia, os objetivos traçados: planejar para atender necessidades atuais e futuras em termos de quantidade de pessoas e grau de qualificação requeridos pelo mercado, para que se tenha um suprimento adequado de pessoal.

Ao ritmo frenético que se conduz a educação na área corre-se o risco de provocar, num médio prazo, uma superposição de esforços que geraria um excesso de profissionais capacitados para atuar no setor, a exemplo do que ocorre no setor financeiro que hoje conta com uma superoferta de grandes executivos que não conseguem recolocação no mercado de trabalho (Brandão, 2002).

Isso revela um descompasso entre a quantidade demandada e ofertada de profissionais, a médio e longo prazo, nos diversos setores econômicos nacionais. A nova economia, a globalização e a competitividade acirrada têm contribuído para fusões e reestruturações de empresas, extinguindo níveis hierárquicos e contratando pessoal com capacidade para atuar em multifunções, como é o caso de hotéis.

Portanto, o quadro que hoje se apresenta é de grande crescimento da oferta de cursos, o que pode ser perigoso se continuar sem um planejamento estratégico adequado de recursos humanos para o setor do turismo e hotelaria e sem o controle necessário para garantir um equilíbrio quanto-qualitativo dos profissionais em formação.

Propostas para a concepção de um planejamento sustentável da educação superior

Dadas as condições de sustentabilidade dos sistemas biológicos e sociais, observa-se que o desenvolvimento sustentável é regido por dois conjuntos de medidas: as metas de desenvolvimento, expressas num planejamento, e as restrições

ao processo de desenvolvimento, referentes aos padrões de sustentabilidade. O estabelecimento dos padrões de sustentabilidade é uma decisão política que deve respaldar-se nas leis e nos regulamentos que regem os objetos de desenvolvimento em questão, no caso os cursos superiores de Turismo e Hotelaria. Por isso, o planejamento é entendido como uma atividade política que deve promover ações sem imposições, numa tomada de decisão democrática baseada em conhecimento.

Dentro da concepção de planejamento e gestão estratégica do turismo sustentável, Beni (2000) aponta os seguintes postulados:

- as dimensões do turismo sustentável vão além da ambiental, econômica e social, atingindo também a cultural, política e administrativa;
- a igualdade de oportunidade e a justiça social devem ser defendidas como elementos fundamentais à satisfação das aspirações humanas;
- todos os atores precisam ser envolvidos, informados e consultados sobre as questões de desenvolvimento sustentável;
- desenvolvimento pressupõe mudança desejada e desejável;
- um pensamento de longo prazo deve ser estabelecido;
- reconhecer os limites para as políticas e ações no momento de por em prática os objetivos de curto e médio prazo;
- vencer o desafio de tornar clara, para uma comunidade, a opção pelo turismo, explicitando suas implicações positivas e negativas;
- promover a sustentabilidade por meio da pactuação de um novo contrato social entre sociedade e Estado, num sistema de gestão compartilhada para a co-responsabilização social solidária (talvez por intermédio do terceiro setor – sem a intenção deste substituir o Estado).

Esses postulados poderiam ser considerados para elaboração participativa de uma política consistente de recursos humanos para o turismo e hotelaria no Brasil, ao invés de simplesmente ofertarem-se cursos para acompanhar as tendências de mercado, muitas vezes erroneamente motivadas por modismo, status ou promessa de empregos. Pesquisas concretas na área poderiam fundamentar um planejamento. No mercado da educação em Turismo e Hotelaria no Brasil não se tem um diagnóstico claro da situação atual (onde se está), e nem de tendências e perspectivas futuras (para onde se está indo). Dimensionar os empreendimentos turísticos e sua capacidade de absorção de mão-de-obra nos diferentes níveis, identificar áreas prioritárias de maior necessidade e interesse, quantificar e qualificar as instituições de ensino de forma sistemática são ações que devem ser profundamente estudadas e claramente explicitadas para que se possa obter êxito na formação dos recursos humanos em Turismo e Hotelaria no Brasil.

Pereira (1999: 16) discute as ações institucionais em diferentes períodos históricos com um posicionamento ora vertical, ora horizontal da Política Nacional de Turismo. Segundo ele, até o final dos anos de 1980, a “verticalização da política nacional de turismo, orientada sob a égide da hierarquização, centralização e subordinação ao Sistema Nacional de Turismo, produziu ações, paralelas e desconexas, não integrando em sua base uma política, um programa ou um plano que definisse parâmetros para a execução de ações planejadas e associadas”. A partir de 1994, inicia-se o processo de construção de uma diretriz nacional para a política de turismo do país, oportunidade em que é instituído o plano nacional de municipalização do turismo passando-se a um posicionamento mais horizontal, integrando todos os atores intervenientes no setor e agindo na base. Nessa perspectiva de horizontalização da política e seus programas e projetos ligados ao turismo, segue-se um processo de ajuste e adequação do setor por meio de políticas regulatórias.

Nesse mesmo sentido, a área da educação em turismo e/ou hotelaria no Brasil tem-se submetido a políticas normativas, norteadoras e regulatórias ditadas por vários organismos oficiais, envolvidos com diferentes graus de responsabilidade, agindo direta e indiretamente na questão do ensino. São eles (ordem alfabética):

- ABDETH – Associação Brasileira de Dirigentes de Escolas de Turismo e Hotelaria;
- ABBTUR – Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo;
- ANPTUR – Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade (recém-criada);
- CNE – Conselho Nacional de Educação;
- CES – Câmara de Educação Superior (CNE);
- Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior;
- CEE-TUR – Comissão de Especialistas em Turismo da SESu/MEC;
- CRA – Conselho Regional de Administração;
- CNT – Conselho Nacional de Turismo (órgão colegiado de assessoramento superior, integrante da estrutura básica do Ministério do Esporte e Turismo);
- Embratur – Instituto Brasileiro de Turismo;
- Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais;
- MEC – Ministério de Educação;
- Ministério do Esporte e Turismo;
- SESu – Secretaria de Ensino Superior (comissão de especialistas).

Os seguintes documentos são alguns dos instrumentos dos organismos oficiais para regular o processo da educação em turismo e/ou hotelaria no Brasil:

- diretrizes curriculares nacionais e específicas por curso de turismo ou hotelaria (que substituiu o Modelo de enquadramento das propostas de diretrizes curriculares);
- manual de orientação para avaliação *in loco* das condições de autorização de cursos de turismo ou de hotelaria (MEC);
- manual geral e específico para avaliação das condições de ensino (via formulário eletrônico do Inep), que substituiu, em 2002, o manual de orientação para avaliação *in loco* das condições de reconhecimento dos cursos de turismo ou de hotelaria;
- exame nacional de cursos – provão (ainda não implantado).

Todos esses organismos oficiais envolvidos e seus respectivos instrumentos, que hoje norteiam o processo da educação em turismo e hotelaria no país, são os responsáveis diretos e indiretos pela criação, condução, avaliação e reconhecimento das instituições de ensino e seus cursos ofertados no mercado nacional. Na verdade, são as políticas públicas por eles traçadas por meio dos seus instrumentos regulatórios, que dão o direcionamento maior ao andamento dos cursos de turismo e/ou hotelaria e da quantidade e qualidade da oferta que hoje se apresenta.

A gestão da educação superior em turismo e hotelaria no Brasil vem sendo conduzida de forma desarticulada, embora considerando os padrões de qualidade estabelecidos pelo MEC, que nem sempre são atingidos a contento. A grande demanda do mercado por cursos dessa natureza e as alterações na LDB provocaram a abertura desses cursos, principalmente em universidades particulares e instituições isoladas, em quantidade e qualidade jamais imaginadas.

Nesse sentido, observa-se que medidas reparatórias da situação diagnosticada seriam cabíveis para tentar reverter um processo de insustentabilidade da educação em turismo e hotelaria brasileira. Esse mercado depara-se com vários desafios a serem alcançados, que poderiam transformar-se em metas, a começar pelo dimensionamento da quantidade de recursos humanos requerida pelo mercado a curto e médio prazos para que, a partir daí, se possam oferecer cursos de qualidade e profissionais adequados ao mercado trabalho e à sociedade em que estão inseridos. A elaboração de um mapeamento espacial da oferta de cursos, considerando a quantidade de população de cada localidade e o volume do fluxo turístico por ela recebido, seria um instrumento capaz de apontar as possíveis discrepâncias da oferta, fornecendo subsídios para uma adequada distribuição espacial de cursos no Brasil. A exigência dos padrões mínimos de qualidade precisa

respeitar sempre a vocação turística da região onde o curso é ofertado, sem limitar a criatividade das propostas de ensino nem o aprofundamento nos regionalismos socioculturais do lugar. É importante que se possa manter a flexibilidade nos currículos e programas de disciplinas para o ensino do turismo, considerando que esta é uma área recente e está em constante transformação.

Outro fator importante é considerar o turismo como uma possível ciência em construção e destinar fundos para consolidar e ampliar a pesquisa em turismo, desenvolvendo outras formas de pensá-lo no Brasil, valorizando sua riqueza sociocultural, conservando seus atrativos naturais, promovendo um produto turístico diferenciado e competitivo no mercado internacional. A aproximação dos estudos teóricos com a realidade prática vem crescendo devido às exigências legais de estágios supervisionados, mas ainda carece de incentivos que propiciem o ganho de ambas as partes.

Outros fatores ainda poderão ser apontados como desafios a serem alcançados pela educação superior em turismo e/ou hotelaria no país, observando a sustentabilidade do setor de turismo ao longo do tempo. Considera-se como um ponto de partida a revisão, o estabelecimento e a divulgação de uma sólida política de recursos humanos para o turismo e a hotelaria no Brasil, considerando um planejamento estratégico para o setor, face aos novos paradigmas que se configuram.

Considerações Finais

Este trabalho pretendeu contribuir para despertar nas comunidades interessadas algumas reflexões a partir de problemáticas existentes na educação em turismo e hotelaria no país. Não houve a pretensão de esgotar o assunto em tão poucas linhas, deixando a proposta de que esse tema possa ser alvo de pesquisas mais aprofundadas e abrangentes, dentro e fora da academia.

É importante que o planejamento sustentável possa basear-se em teorias para ser eficiente a longo prazo, pois o ambiente de planejamento muda rapidamente. Também precisa ser inovador e adaptável diante de novos contextos em que se configuram complexos inter-relacionamentos de diferentes níveis e elementos (interesses econômicos, ecológicos, sociais, culturais e políticos).

O grande desafio lançado para os planejadores turísticos é a defesa do ideal, dentro da perspectiva relacional e colaborativa, numa tentativa de proporcionar uma abordagem mais integrativa em relação à complexidade dos problemas do planejamento turístico sustentável.

O planejamento da formação profissional e a capacitação dos recursos humanos para o Turismo e Hotelaria no Brasil ainda carecem de políticas que visem uma organicidade, coerência ao conjunto e articulação de um suposto tratamento sistêmico com visão estratégica. Na ausência de uma visão macro, ou do controle das iniciativas, corre-se o risco de obter produtos (mão-de-obra) sem a qualidade requerida pelo mercado turístico altamente competitivo da atualidade, além da possibilidade de comprometer a sustentabilidade do processo educacional. Seria oportuno pensar numa gestão integrada entre poder público, iniciativa privada e comunidade, avançando nos procedimentos políticos, institucionais e normativos para convergir as ações e diretrizes do setor em instrumentos balizadores do equilíbrio e da sustentabilidade do turismo como um todo.

Referências Bibliográficas

- ANSARAH, M. 2002. *Formação e capacitação do profissional em turismo e hotelaria*. São Paulo: Aleph.
- BARRETTO, M. 1997. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. 2. ed. Campinas, SP: Papirus. (Coleção Turismo)
- BENI, M. C. 2001. *Análise estrutural do turismo*. 4. ed. rev. São Paulo: Senac.
- _____. 2000. As três sustentabilidades do turismo. In: IV Encontro Nacional de turismo com base local: redescobrimo a ecologia no turismo. (Palestra). Joinville (mimeo).
- BRANDÃO, V. 2002. Chuva de talentos: economia em marcha lenta e onda de fusões causam superoferta de bons executivos. *Época*, 1 abr. (Economia e Negócios).
- CARVALHO, H. M. 1993. *Padrões de sustentabilidade: uma medida para o desenvolvimento sustentável*. Apostila. Curitiba, (mimeo).
- COOPER, C., SHEPHERD, R.; WESTLAKE, J. 2001. *Educando os educadores em turismo: manual de educação em turismo e hospitalidade*. São Paulo: Roca.
- DENCKER, A. F. M. 1998. *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*. São Paulo: Futura.
- DIEGUES, A. C. S. 2001. *Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas*. São Paulo: Contexto.
- DRUCKER, P. 1995. *Administrando em tempos de grandes mudanças*. São Paulo: Pioneira.
- GOELDNER, C. R.; RICHIE, J. R. B.; McINTOSH, W. R. 2002. *Turismo: princípios, práticas e filosofias*. 8. ed. Porto Alegre: Bookman.
- HALL, C. M. 2001. *Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos*. São Paulo: Contexto.
- IRVING, M. A.; AZEVEDO, J. 2002. *Turismo: o desafio da sustentabilidade*. São Paulo: Futura.
- KRIPPENDORF, J. 2000. *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. São Paulo: Aleph.